

EDITORIAL

O MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina precisa ser entendido à luz da dinâmica econômica do estado, cujas atividades produtivas sofreram importantes transformações nas últimas duas décadas. Este processo, aliado às características recentes da estrutura demográfica, conforma um cenário de expansão do emprego global, mas também de contínuas alterações na forma de ocupação da mão-de-obra e no nível de emprego de diversos setores de atividade.

Por isso, é importante entender que o comportamento do emprego não possui apenas determinantes internos ao território catarinense, uma vez que o mercado de trabalho estadual também sente os efeitos do comportamento da economia do país e, em grande medida, reflete a própria dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Portanto, analisar o desempenho do mercado de trabalho em Santa Catarina pressupõe compreender essas inter-relações, bem como as múltiplas dimensões que envolvem a configuração do mundo do trabalho catarinense.

São precisamente estes pontos que serão abordados pelos distintos artigos que fazem parte deste número da Revista NECAT, buscando as mediações acima referidas. Assim, o primeiro artigo, assinado por José Dari Krein, faz uma abordagem geral explorando os processos de mudanças no mundo do trabalho, destacando dois movimentos contraditórios. Paralelamente à expansão do emprego, redução da informalidade, queda das ocupações sem proteção social e aumento relativo da renda do trabalho, observa-se a continuidade de processos que recriam condições precárias de trabalho, especialmente com o avanço das terceirizações.

O autor mostra que este processo contraditório faz parte do estágio atual do modo de produção capitalista que, visando superar suas crises constantes, procura respostas através da flexibilização das relações.

Em termos específicos do Brasil, o autor afirma que o país vive um momento singular de sua história, existindo a possibilidade concreta de se estruturar o mercado de trabalho por meio da expansão do emprego com proteção social. Mas esta possibilidade, ressalta o autor, está atrelada aos desdobramentos futuros do modelo socioeconômico e da capacidade da

sociedade brasileira de reverter o atual processo de flexibilização das relações trabalhistas impulsionadas a partir da década de 1990.

O segundo artigo, assinado por Lauro Mattei, Rayana Peled e Bruna Lavratti, analisa a dinâmica e comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011, com ênfase em vários aspectos. Em primeiro lugar, os autores mostram que o mercado de trabalho catarinense segue integralmente a dinâmica do mercado de trabalho do país em três quesitos fundamentais: concentração do emprego na PEA com domicílio urbano; concentração da PEA no setor terciário da economia; e aumento da participação das mulheres na PEA total.

Este último aspecto, no caso de Santa Catarina, é bastante expressivo, uma vez que a taxa de crescimento da participação das mulheres no período considerado foi de 2,1% ao ano contra 1,9% ao ano dos homens. Isto fez com que, em 2011, as mulheres representassem 44% do total da PEA catarinense.

Neste cenário, o ramo de atividade agrícola reduziu significativamente sua participação no conjunto das ocupações, enquanto que o setor industrial manteve-se estável no período entre 2001 e 2011. Isto significa que o setor terciário foi o grande dinamizador do mercado de trabalho, como destaque para os setores do comércio, administração pública e serviços de educação e saúde.

O terceiro artigo, assinado por Janete Leige Lopes e Rosangela Maria Pontili, aborda a dinâmica do trabalho rural no estado de Santa Catarina, destacando-se o perfil das pessoas que residem em áreas rurais e as diferentes formas de ocupação, em especial a pluriatividade das famílias rurais catarinenses.

Com base nos dados da PNAD de 2011, as autoras concluíram que, embora as pessoas com atividades agrícolas predominem na PEA rural, o número de trabalhadores rurais que desempenham atividades não agrícolas é bem importante. Em sua maioria estes trabalhadores exercem essas atividades no setor industrial e detêm um nível salarial mais elevado, comparativamente aos trabalhadores exclusivamente agrícolas.

A conclusão geral é que o trabalho rural catarinense segue a tendência do país, ou seja, que se amplia a diversidade de formas de ocupações e que as atividades não agrícolas têm importante participação na geração da renda familiar.

O quarto artigo, assinado por Giovani da Silva Mendes e Thiago Rocha Fabris, discute o comportamento do mercado formal de trabalho na cidade de Criciúma, tomando como

referência analítica a matriz insumo-produto, instrumento considerado essencial pelos autores para a formulação de políticas públicas de emprego.

Analisando o processo de diversificação das atividades econômicas do município, bem como as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, chegou-se a conclusão que a geração de postos formais de trabalho no município é menos expressiva no setor industrial, comparativamente a outros setores, sobretudo no comércio e prestação de serviços.

A partir do método utilizado os autores chegaram à conclusão geral de que as atividades prestadoras de serviços são aquelas que apresentam os maiores efeitos multiplicadores, com reflexos positivos na estrutura produtiva e no próprio comportamento dos postos formais de trabalho no município.

Finalmente, o quinto artigo, assinado por Maicon Cláudio da Silva e Lauro Mattei, trata da questão demográfica na principal mesorregião geográfica de Santa Catarina. O artigo discute as principais mudanças demográficas que ocorreram na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI, dando ênfase ao debate sobre litoralização em curso do conjunto da população catarinense.

Tomando a mesorregião da Grande Florianópolis como referência, os autores mostram a continuidade da tendência já observada no final do século XX de concentração da população neste espaço. Isto porque esta mesorregião apresentou as maiores taxas de crescimento populacional entre os dois períodos censitários (2000 e 2010).

Mas o artigo mostra também as contradições internas deste processo, uma vez que enquanto a microrregião de Florianópolis apresentou uma elevada concentração populacional, as duas demais microrregiões que compõem a referida mesorregião convivem com sérios problemas de estagnação econômica e populacional, particularmente no caso da microrregião do Tabuleiro.

O NECAT espera, com mais este número de sua revista eletrônica, estar dando sua contribuição nos estudos sobre Santa Catarina e sua realidade social e econômica no limiar do século XXI.

Os Editores